

Data: 20/04/2026

Matéria: Maior leilão de energia do país enfrenta incertezas.

Veículo: Valor Econômico

Empresas



O tribunal de contas chegou a abrir investigação apontando "indícios" de supostas irregularidades ou ilegalidades no decurso do MME de elevar os preços-teto, mas liberou a realização do leilão

Infraestrutura Certame voltado para segurança energética é alvo de questionamento pelo Tribunal de Contas da União e de recurso da companhia elétrica do grupo J&F

TCU e Âmbor colocam o maior leilão de energia do país em 'compasso de espera'

Fábio Couto
Do Rio

O leilão voltado para a segurança energética demorou para se concretizar e foi realizado em março com cerca de cem usinas vencedoras. Mas o desfecho do que pode ser uma das maiores contratações de energia elétrica da história do país ainda está longe de acontecer.

Conhecido no setor elétrico como leilão de reserva de capacidade, leilão de potência ou pela sigla "LRCAP", o resultado do certame enfrenta no momento dois questionamentos. O primeiro vem do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta irregularidades na estruturação do leilão. Já a Âmbor Energia, do grupo J&F, entrou com recurso na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), alegando ter sido prejudicada na contratação de duas usinas.

O leilão foi realizado em dois dias (18 e 20 de março) e teve como objetivo contratar usinas no-

vas existentes, sem contratos de fornecimento, que podem ser ligadas e desligadas conforme a necessidade do sistema elétrico. Parte das usinas existentes é de empreendimentos que tiveram contratos encerrados nos últimos anos e operam sem essa garantia, com liquidação da energia ao preço de referência (PRE) ou designada à espera de uma oportunidade.

Os empreendimentos devem ficar disponíveis sempre que preciso, garantindo a geração de energia em momentos de alta demanda ou em situações de cri-

se. O leilão contou com 19 gigawatts (GW) de usinas térmicas a gás natural, diesel, biodiesel, carvão mineral, biomassas e hidrelétricas que serão ampliadas, modernizando cerca de R\$ 65 bilhões em investimentos.

O leilão deveria ter sido realizado em junho de 2025, mas ações judiciais contra os diretores do certame levaram o Ministério de Minas e Energia (MME) a adiar a licitação para rever as regras. Em fevereiro, o MME divulgou os preços iniciais da concorrência, cujo critério era o de menor valor oferecido para cada produto.

Porém, os valores propostos despertaram reações negativas do mercado e foram anulados poucos dias depois. O TCU, então, abriu investigação apontando "indícios" de supostas irregularidades ou ilegalidades no decurso do MME de elevar os preços-teto, em valores que chegaram a 100% ante o inicialmente proposto.

Dois meses da data marcada para o certame, o TCU liberou a

realização do leilão, mas seguiu acompanhando o tema. Há cerca de duas semanas, o Ministério Público junto ao TCU pediu a suspensão do leilão. O ministro de MME, Alexandre Silveira, disse que não vê risco de o TCU impugnar o certame, e que o tribunal havia sinalizado publicamente que gostaria de participar mais ativamente da elaboração dos custos e preços da próxima edição do certame.

Procurador, o TCU confirmou que duas representações foram enviadas pelo Ministério Público junto ao tribunal, ambas sob a relatoria do ministro Jorge Oliveira. Também confirmou a existência de dois processos sobre o tema em andamento.

Sobre este assunto, o Instituto Acende Brasil avalia que a realização dos leilões atendeu a uma necessidade urgente do sistema elétrico, mas diz ser fundamental que o governo esclareça critérios de planejamento adotados para a definição das quantida-

des de energia dos diferentes produtos contratados.

A Âmbor Energia, braço de energia do grupo J&F, dos irmãos Josley e Wesley Rorista, entrou com recursos alegando danos no sistema do certame, que teria prejudicado duas usinas da empresa, as térmicas Aracária II e Santa Cruz (ex-Furnas). Procurada, a Âmbor não comentou o caso, ressaltando que o processo movido pela empresa na Aneel é público.

A Âmbor cadastrou duas usinas. Uma delas é a termelétrica existente Aracária, de 484,1 megawatts (MW). Outra é a termelétrica nova Aracária II, de 369 MW. Este novo empreendimento, afirma a empresa em recurso apresentado à Aneel, foi cadastrado e habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para participar do leilão como uma usina nova.

Porém, embora tenha feito uma oferta como novo empreendimento, Aracária II foi consi-

derada no sistema, no dia do leilão, como uma usina existente, cortando receita e gram de contrato. Nos bastidores, suspeita-se de um erro sistêmico. No recurso, a Âmbor pede revisão e republicação do resultado do certame.

No extremo, a empresa pede que o resultado do leilão, especificamente para o produto "2025", seja anulado e seja aberto a oferta de lances, caso não haja possibilidade técnica de se fazer a correção.

Na Aneel, a empresa recorreu à comissão de leilões, que negou os argumentos. A geradora, então, abriu processos administrativos a fim de tentar reverter a questão. O diretor William Frota foi contratado para relatar os recursos.

Sobre a térmica Santa Cruz, de 456,28 MW, a empresa explicou à Aneel que cadastrou a parte "antiga" da usina, de 325,9 MW. Essa parcela tem contratos de energia em vigor até o fim deste ano. Por isso, essa parcela foi negociada e venceu o produto "Potência Termelétrica 2027".

A segunda parte da usina é uma ampliação, com a adição de uma turbina, que representou mais 130,36 MW à capacidade instalada de Santa Cruz. Essa ampliação já está instalada e tem contratos e, segundo a Âmbor, cometeria o produto "Potência termelétrica 2026".

Porém, ao vencer com a ampliação, a Âmbor ficou impedida de disputar com a parcela original para o produto "2027". As regras do leilão impedem que a usina vencedora de um produto pudesse disputar outros contratos. Só que as regras também permitem a negociação de ampliações de usinas térmicas, em produtos diferentes. A EPE, afirma a Âmbor, habilitou a empresa para disputar dois produtos de forma distinta.

A J&F, dona da Âmbor, teria sinalizado interesse em buscar uma solução negociada na Aneel para este caso, apurou o Valor. Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel, afirmou que não tinha nenhum registro de que a Âmbor teria interesse em negociar uma saída. "Temos que ser cuidadosos, porque é uma licitação pública, com prazos e outros agentes envolvidos, que venceram o leilão. Essas expectativas têm que ser um pouquinho melhor calibradas", disse.

"Temos que ser cartesianos, porque é licitação pública, com prazos e outros agentes envolvidos"
Sandoval Feitosa